

Discurso e poder: O negro na história e memória da educação

Joelma dos Santos Rocha Trancoso

Antonio Henrique Pinto

Maria Dayana Santos Damaceno

Discurso e poder:

O negro na história e memória da educação

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar, por meio de uma pesquisa qualitativa com base investigativa bibliográfica, narrativas outras que problematizem a exclusão dos(as) negros(as) na educação. O presente estudo busca refletir sobre a história da educação do povo negro e seu apagamento na História e Memória da Educação Brasileira, além de destacar a necessidade da produção de pesquisas abordando conteúdos e temáticas dessa natureza. Assim nos apropriamos da perspectiva de discurso de Foucault (1996), para compreender as relações de poder, e da conceituação de epistemicídio de Carneiro (1995), enquanto ferramenta ideológica de supressão de narrativas. Como resultado, observamos que estudos têm apresentado fortes evidências que retratam as relações educativas e o protagonismo de afro-brasileiros em instituições de ensino, bem como no próprio movimento negro enquanto movimento educador. No entanto, para descolonizar o discurso, ainda há necessidade de se promover e incentivar, nas universidades e espaços de formação de professores, movimentos contra-hegemônicos de valorização da história do povo negro em diáspora.

Palavras-chave: História e memória. História da Educação. Educação e negritude; Lei 10.639/03.

Speech and power:

The black in the history and memory of education

Abstract: The objective of this article is to present, through a qualitative research based on bibliographical research, other narratives that problematize the exclusion of black people in education. The present study seeks to reflect on the history of black people's education and its erasure in the History and Memory of Brazilian Education, in addition to highlighting the need to produce research addressing content and themes of this nature. Thus, we appropriated Foucault's (1996) discourse perspective to understand power relations, and Carneiro's (1995) conceptualization of epistemicide as an ideological tool for suppressing narratives. As a result, we observed that studies have presented strong evidence that portray the educational relationships and the protagonism of Afro-Brazilians in educational institutions, as well as in the black movement itself as an educational movement. However, in order to decolonize the discourse, there is still a need to promote and encourage, in universities and teacher training spaces, counter-hegemonic movements to value the history of black people in diaspora.

Abstract: Keywords: History and memory. History of Education. Education and blackness; Law 10.639/03.

Discurso e poder: O negro na história e memória da educação

Joelma dos Santos Rocha Trancoso

Antonio Henrique Pinto

Maria Dayana Santos Damaceno

1 Palavras iniciais

Histórias importam. Muitas histórias importam. Histórias têm sido usadas para expropriar e tornar maligno. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida.¹

A contextualização da história da humanidade, de forma geral, privilegia alguns povos e sociedades de maneira muito evidente. Não há como negar as contribuições desses povos para a construção da sociedade na qual estamos inseridos, mas o apagamento das histórias de outros povos, tão importantes quanto os rotineiramente prestigiados, deveria provocar algum incômodo.

Foucault traduz esse incômodo dos discursos que reverberam na construção da sociedade tal qual conhecemos. Para o autor esse sentimento é a “[...] inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietação de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões” (FOUCAULT, 1996, p.8).

Chimamanda Ngozi Adichie (2009), importante escritora nigeriana reconhecida em todo mundo, problematiza esse incômodo/inquietação nos fazendo refletir sobre “Os perigos de uma única história”. A autora nos convida a pensar sobre o protagonismo de alguns povos em detrimento de outros e como a relação de poder subsidia o que é importante ser mencionado e o que deve ser silenciado.

Essa relação de poder mencionada por Adichie (2009) é explicitada por Foucault (1996) quando o filósofo expõe os mecanismos de controle da produção do discurso na sociedade, que são intencionalmente selecionados, organizados e redistribuídos por “[...] certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1996, p.8-9).

¹ Chimamanda Adichie (2009) - Fragmento de palestra gravada em vídeo para Conferência Anual - TED Global 2009 de 21 a 24 de julho em Oxford, Reino Unido. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZUtLR1ZWtEY&t=10s>. Acesso em: 09 de outubro de 2022).

Discurso e poder: O negro na história e memória da educação

Joelma dos Santos Rocha Trancoso

Antonio Henrique Pinto

Maria Dayana Santos Damaceno

É nessa complexa trama de interesses entre o que é exposto e o que é escondido que são construídas as narrativas e memórias de um povo. A intencionalidade aparente de como é propagada a história reforça o caráter hegemônico da sociedade.

Conscientes dessas tensões, percebemos o apagamento e o silenciamento dessas histórias na procura de sujeitos negros(as) na constituição da educação brasileira. Tal constatação não nos surpreendeu, mas como exposto por Foucault, incomodou e nos provocou a buscar, por meio de uma pesquisa qualitativa com base investigativa bibliográfica e análise documental, narrativas outras que problematizem a exclusão dos(as) negros(as) na educação do país. Assim o presente estudo busca refletir sobre a história da educação do povo negro e seu proposital apagamento, como também, destacar a necessidade da produção de pesquisa acadêmica abordando conteúdos e temáticas de valorização da história e cultura afro-brasileira.

Compreendemos como Le Goff (2012, p. 457) que a “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro” assim direcionamos nossa pesquisa ao encontro de Adichie (2009) com a intencionalidade de prover histórias que possam reparar a dignidade perdida.

2 Problematizando a história do negro na educação

A palavra é “nkali” é um substantivo que livremente se traduz: “ser maior do que o outro”. Como nossos mundos econômico e político, histórias também são definidas pelo princípio do “nkali.”²

Ghiraldelli (2001) apresenta a história da educação brasileira como um projeto político disputado pelos interesses das classes sociais. Nessa perspectiva, a classe hegemônica se movimenta em prol do seu projeto educacional, apresentando-se como consenso para o ideal de nação. Para cumprir esse projeto, por muitos anos a população negra ficou excluída do processo de escolarização. As estratégias de negação a educação aos sujeitos negros são elucidadas pela

² Chimamanda Adichie (2009) - Fragmento de palestra gravada em vídeo para Conferência Anual - TED Global 2009 de 21 a 24 de julho em Oxford, Reino Unido. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZUtLR1ZWtEY&t=10s>. Acesso em: 09 de outubro de 2022).

Discurso e poder: O negro na história e memória da educação

Joelma dos Santos Rocha Trancoso

Antonio Henrique Pinto

Maria Dayana Santos Damaceno

professora Petronilha Beatriz Gonçalves Silva no parecer referente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira de 2004. Gonçalves Silva destaca que:

O Brasil, Colônia, Império e República, teve historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afrodescendente brasileira até hoje. O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no **sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares** (BRASIL, 2004, p. 7, grifo nosso)

A negação ao acesso a educação aos escravizados enquanto plano de nação fez com que emergissem escolas informais, criadas pelos próprios negros desde o Brasil império, como forma de resistência a condição de exclusão.

Exemplo desse movimento é apresentado pela historiadora Silva (2002) que se debruçou a pesquisar a primeira escola para negros no Brasil com funcionamento datado entre 1853 à 1873. A escola de Pretextado dos Passos e Silva, que faz referência ao professor autodeclarado preto de uma unidade de ensino primária particular, destinada a atender um seletivo grupo de meninos pretos e pardos livres ou libertos cuja maioria dos pais não possuía sobrenome e nem assinatura própria.

No entanto, apesar desse marco dentro do contexto escravagista, é possível inferir, a partir das conclusões de Silva (2002) e Ferreira (2018), que ainda há muitas questões em aberto a serem desveladas sobre a escola de Pretextado. Essa impossibilidade de dar continuidade aos estudos ocorre por conta do apagamento de documentos basilares demonstrando o descaso intencional para com a história da população negra.

Outro exemplo de ação pró educação principiado para atender as demandas da população negra é mencionado por Santos et al (2013). Os autores discorrem sobre a escola do Professor Antônio Cesarino, situada em Campinas, São Paulo, funcionando de 1860 à 1876.

Discurso e poder: O negro na história e memória da educação

Joelma dos Santos Rocha Trancoso

Antonio Henrique Pinto

Maria Dayana Santos Damaceno

O Professor Cesarino era filho de um ex-escravizado alforriado que compreendia a importância da educação. Cesarino e suas irmãs frequentaram uma escola para brancos, conseguindo se formar graças a sacrifícios financeiros da família, dentre eles, a venda da tropa de mulas que era o único patrimônio de seu pai.

Após conclusão dos estudos, Cesarino passou a lecionar junto com suas irmãs e esposa. Fundou uma escola para meninas brancas, ensinando a ler, escrever, resolver operações matemáticas e também regras de etiqueta, além de habilidades da vida doméstica como costurar, bordar, cozinhar que faziam parte do currículo da época. Com o pagamento recebido pelas famílias das alunas brancas, que estudavam no diurno, Cesarino subsidiava e oferecia de forma gratuita a escolarização para moças negras no turno noturno (SANTOS, et al, 2013).

Os movimentos educativos articulados pelos professores negros Pretextato e Cesarino são exemplos de luta da população negra marginalizada e esquecida pelo estado até o início do século XX. Percebesse-se, pelo panorama inicial deste curto regaste histórico ainda no Brasil império, que há fortes indícios de diversas outras organizações em prol da educação dos negros, no entanto, compreendemos que a dificuldade de encontrar esses registros decorre do seu apagamento ou fragmentação de forma propositada.

Nesse contexto Forde (2016) explica que é comum a memória coletiva de grupos estigmatizados e marginalizados opor-se à “Memória Oficial” “[...], também chamada de “Memória Nacional” e, ao sofrerem um efeito de ocultação e silenciamento, as memórias desses grupos permanecem ativas nas dobras e fissuras da memória nacional (FORDE, 2016, p. 200).

A constatação do apagamento desse grupo estigmatizado, sendo nesse estudo o povo negro, ocorreu para os(as) autores(as) desse artigo durante a imersão na leitura do rol de textos oferecidos na ementa da disciplina optativa do Doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática – Educimat/Ifes, intitulada “História e Memória da Educação Matemática”, no segundo semestre de 2021. A ementa propiciava uma ampla e densa indicação bibliográfica que perpassava desde a teorização de história e memória até os aspectos históricos e tendências da educação no Brasil e no Espírito Santo.

Discurso e poder: O negro na história e memória da educação

Joelma dos Santos Rocha Trancoso

Antonio Henrique Pinto

Maria Dayana Santos Damaceno

Apesar da larga escala temporal da história da educação, os textos quase nada traziam de informações sobre o negro no contexto educacional. Quando este grupo era mencionado, ocupava o papel de marginalizado ou passivo diante dos contextos expostos. Essas questões também foram constatadas e problematizadas tanto pelos professores da disciplina que incentivaram a busca de outros referenciais para partilha, como também pelos estudantes, dentre esses, uma das autoras desse texto.

A exemplo do arcabouço teórico trabalhado podemos citar Coutinho (1993), que em sua obra “*Uma história da educação no Espírito Santo*”, apresentou o percurso da educação indígena, colonial, neocolonial, desenvolvimentista e modernizadora capixaba em diálogo com o cenário nacional, evidenciando que a educação continuava acumulando as funções colonizadoras do período colonial e a elitizadora do período neocolonial, alimentando a ideia de “[...] superioridade das elites sobre as massas, dos brancos sobre negros e índios, e do trabalho intelectual sobre o manual” (COUTINHO, 1993, p. 82).

A política intencional de exclusão das pessoas negras da escola, como exposto acima, atravessou diversos períodos da história do país, e até mesmo quando havia um movimento de expansão do ensino ou tentativa de democratização da educação, como ocorrido no cenário nacional no período desenvolvimentista (1930-1964), a estrutura escolar mantinha a reprodução da estrutura de classes e a ideologia da desigualdade social das classes dominantes (COUTINHO, 1993, p. 82).

Coutinho (1993) nos conta uma história a partir da relação entre fatos, documentos e memórias com sua própria percepção dos acontecimentos, que não se faz de maneira isenta. Para Certeau (1976) as fontes selecionadas influenciam diretamente o conhecimento que se produz. O filósofo destaca o papel do historiador e a importância das fontes no processo de produção de conhecimentos históricos. O historiador, na própria ação de selecionar, organizar e expor torna-se um ator num encadeamento de uma história a ser feita (ou refeita) segundo novas pertinências intelectuais e sociais (CERTEAU, 1976).

Discurso e poder: O negro na história e memória da educação

Joelma dos Santos Rocha Trancoso

Antonio Henrique Pinto

Maria Dayana Santos Damaceno

Isso nos provoca a pensar sobre quem são os historiadores que vem descrevendo a história e também a problematizar o viés da narrativa historiográfica intimamente ligada ao projeto do colonizador para manutenção de poder. Para Santos (2016, p. 36), a história e memória única reflete a “[...] destruição maciça de experiências e conhecimentos subordinados, considerados inadequados para servir ao projeto colonial”, Carneiro (2005) se apropria de Santos (1997) e compreende esse apagamento e manipulação da história do negro na educação como estratégia intencional de epistemicídio, que assim é denominado:

[...] o epistemicídio se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento (SANTOS, 1997, APUD CARNEIRO, 2005, P. 96).

Carneiro (2005) amplia o conceito de epistemicídio nos permitindo inferir que a ausência sistemática da produção de conhecimento do povo negro bem como a sua invisibilidade na história e memória da educação é uma constatação da eficácia dessa ferramenta ideológica para negação e opressão do povo negro, para a autora:

[...] epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes (CARNEIRO, 2005, P. 97).

Na contramão do paradigma epistemicida, Forde (2016), também indicado na referência bibliográfica da disciplina, nos apresenta a história pela (re)organização e viés de estranheza do que falta. O autor aponta em sua pesquisa que, no período correspondente às primeiras décadas pós-abolição da escravatura, localizou indícios da presença de pessoas negras nos

Discurso e poder: O negro na história e memória da educação

Joelma dos Santos Rocha Trancoso

Antonio Henrique Pinto

Maria Dayana Santos Damaceno

estabelecimentos de ensino do Espírito Santo. Exemplos desses registros são demonstrados por meio de fotografias datadas do período de 1910 a 1930 que, ao serem confrontadas com outros documentos governamentais, “[...] explicitaram um conjunto de silenciamentos e apagamentos existente em relatórios de governo e documentos da Secretaria de Educação, no período de 1920 a 1990” (FORDE, 2016, p.210).

Forde (2016), a partir da análise desses documentos, percebeu certo padrão de comportamento quanto ao uso das características relativas à raça/cor na agenda estatal. O autor elucida que “[...] o quesito raça/cor não era explicitado na identificação do perfil da população escolar e, por outro lado, tal quesito era fortemente destacado no perfil da população atendida pelos serviços de saúde e de segurança pública” (FORDE, 2016, p.210).

Com esse direcionamento infere-se que o padrão de controle do estado em relação ao perfil da população associava os negros a população carcerária no quesito segurança pública, e aos doentes e leprosos na questão da saúde, enquanto eram apagados dos dados relativos à escolarização, reforçando o imaginário não intelectual dos afrodescendentes.

A partir das narrativas abordadas por Coutinho (1993) e Forde (2016), compreendemos duas trajetórias que se diferenciam em relação a história do negro na educação no cenário estadual e nacional. Ambos partem da negação do estado para com a pessoa negra, no entanto, enquanto um se direciona para a contação de uma história linear corroborando para o epistemicídio, o outro aposta em evidenciar indícios da participação ativa e sistemática do povo negro na educação, até mesmo enquanto movimento de resistência.

De acordo com Forde (2016) os silêncios nos indicadores nos relatórios de governo e o tratamento estereotipado presentes nas fontes documentais pesquisadas compuseram parcela expressiva das denúncias e críticas dirigidas à educação escolar por parte da militância negra pós 1978.

Nos utilizamos de Foucault (1996) para compreender as direções das narrativas supracitadas, entendendo que “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder”

Discurso e poder: O negro na história e memória da educação

Joelma dos Santos Rocha Trancoso

Antonio Henrique Pinto

Maria Dayana Santos Damaceno

(FOUCAULT, 1996, p.10). Assim, recontar a história a partir de uma outra perspectiva implica uma postura contra hegemônica de deslocamento de poder, porque “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p.10).

Pollak (1989) nos diz que em situações de fricções sociais, a memória marginal, aquela que não compõe a história hegemônica, invade a cena pública, reivindicando e disputando lugar na memória nacional. Esse tem sido o movimento das organizações negras no Espírito Santo e no Brasil que, a partir da militância que promoveu a criação da lei 10.639/03, possibilita contar outras histórias e se apropriar do próprio discurso que outrora fora usurpado, se constituindo também como diretriz legal contra epistemicida.

3 Movimento Negro Educador

Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder.³

A militância coletiva pela ruptura das desigualdades e injustiças socio-raciais com os afro-brasileiros fez surgir em 1978 o Movimento Negro Unificado (MNU). A década de 80 foi fortemente influenciada por esses ideais e o MNU se ampliou pelo Brasil, colocando a questão racial como pauta em grande parte do país.

Na esteira desses acontecimentos, o fortalecimento dos movimentos a favor da equidade racial se mostrou de suma importância no propósito de criação e implementação de políticas públicas, como a política de cotas e também a criação da lei 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - 9.394/96) inserindo em sua normativa a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura africana e afro-brasileira

³ Chimamanda Adichie (2009) - Fragmento de palestra gravada em vídeo para Conferência Anual - TED Global 2009 de 21 a 24 de julho em Oxford, Reino Unido. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZUtLR1ZWtEY&t=10s>. Acesso em: 09 de outubro de 2022).

Discurso e poder: O negro na história e memória da educação

Joelma dos Santos Rocha Trancoso

Antonio Henrique Pinto

Maria Dayana Santos Damaceno

Quanto a esse último, estudos de Forde, Poltronieri e Venerano (2004, p.2) apontam que o estado do Espírito Santo foi um dos pioneiros a legislar sobre a obrigatoriedade do ensino da temática afro-brasileira. O MNU/ES compreendia a escola enquanto espaço de socialização e racialização do outro e como constatado nos estudos de Carneiro (2005) o modelo educacional epistemicida também é “[...] uma forma de seqüestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta” (CARNEIRO, 2005, p.97), destacando o papel social da educação e da função de manutenção de poder.

Almeida e Sanchez (2017), compreendem que leis são consequências de processos de embates e disputas da sociedade em torno de múltiplos interesses. Sendo assim, a concepção e inclusão de uma lei que obriga o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares de todo país é fruto de tensões históricas que visam reconhecimento e reparação das desigualdades entre populações negras e não negras do Brasil.

A promulgação da Lei 10.639/03 está inserida no conjunto das políticas afirmativas para a promoção da equidade racial a partir das práticas pedagógicas da educação básica. De acordo com Gomes (2001) alguns dos objetivos das ações afirmativas são: “[...] induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, visando tirar do imaginário coletivo a ideia de supremacia racial versus subordinação racial” (GOMES, 2001, p. 6-7), além de coibir a discriminação do presente e seus efeitos, como também, implantar a diversidade e ampliar a representatividade dos grupos minoritários nos diversos setores.

Nesse sentido, Petit (2016, p.661) reflete que, no campo dos avanços voltados para a população negra “[...] a Lei nº 10.639/03 foi um marco histórico de suma importância como política de reparação, valorização e afirmação, promovendo transformações muito significativas [...]”.

O MNU, ao compreender o poder da educação para a promoção de quebra de paradigmas racializados, possibilita a criação de narrativas próprias das pessoas negras e a

Discurso e poder: O negro na história e memória da educação

Joelma dos Santos Rocha Trancoso

Antonio Henrique Pinto

Maria Dayana Santos Damaceno

construção de novas histórias. A máxima Freiriana nos diz que “Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo” (FREIRE, 1979, p.84). É nessa perspectiva onde a educação reverbera e se faz força motriz para a mudança da sociedade que o MNU se constitui, também, enquanto movimento negro educador.

4 Considerações finais

Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça.⁴

Apesar de a história da educação brasileira ter sido constituída pelo estado como um dos veículos de continuidade e reprodução das desigualdades, muitos foram os movimentos individuais e coletivos do povo negro em prol do acesso e inclusão dos seus pares no processo formativo educacional. Essa intencionalidade transpõe não só a perspectiva hegemônica da sociedade, mas se concebe na inserção da produção de sentidos de sua própria natureza narrativa de obter voz.

O silenciamento na história da educação e da escolarização das camadas afro-brasileiras demonstra que ainda há muito a se confirmar enquanto direito de protagonismo da própria história. O epistemicídio produzido e reproduzido nas universidades, escolas e afins corroi tessituras historiográficas que apresentam contrapontos de produção de protagonismo e saber do povo negro.

A ruptura da concepção ideológica epistemicida e da manutenção do status quo de discurso e poder na academia é um processo lento, e apesar de mutável, tal concepção está entrelaçada e envolta em relações que são tensionadas a todo momento. Apesar disso, não há como voltar atrás. Gomes (2003), destaca a necessidade de conceder a devida importância à formação de professores nas universidades, para a autora, “Resta agora entendermos que mais do que um desafio, a discussão sobre raça negra e educação, nos seus múltiplos

⁴ Provérbio Africano.

Discurso e poder: O negro na história e memória da educação

Joelma dos Santos Rocha Trancoso

Antonio Henrique Pinto

Maria Dayana Santos Damaceno

desdobramentos, é um dever dos educadores e educadoras e também daqueles responsáveis pela condução dos processos de formação docente” (GOMES, 2003, p. 181).

Perspectivas históricas outras têm sido resgatadas e desveladas por pesquisadores comprometidos, como a exemplo da escola do professor Antônio Cesarino e Prettextato.

A história tem sido propulsora de evidências e informações que retratam as relações educativas do negro enquanto protagonista nas unidades de ensino, bem como o próprio movimento negro brasileiro.

A nação brasileira foi construída com a contribuição negra em todas as esferas e isso inclui, mesmo de forma limitada e com todos os desafios, a própria educação. A quem ou a qual governabilidade interessa a manutenção do vínculo na negritude a mão de obra física, ou a indicadores de criminalidade? É desumanizador a fossilização da memória que direciona somente para trabalhos braçais afastando dos afro-brasileiros qualquer vínculo de ação intelectual.

Para Gomes (2021, p. 452), “[...] o trato das semelhanças e diferenças com dignidade deveria ser o eixo norteador de todos os currículos, da formação, das práticas e da competência pedagógica e acadêmica de todas e todos que se dedicam à educação e a pesquisa no Brasil”. Nesse sentido é importante que as universidades e grupos de pesquisa promovam estudos numa concepção decolonial que reverbere em uma história e educação verdadeiramente cidadã e plural onde seja possível compartilhar a produção de saber da negritude.

Para Freire (1980, p. 26) “A conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo”. Ter acesso a história e memória do povo negro na educação sob outra perspectiva, que não seja a inviezada pelo colonizador permite a formação de professores(as) críticos e conscientes da pluralidade da história e do saber de forma humanizada. O currículo enegrecido possibilita contar outras histórias, reconhecer outras narrativas e protagonismos.

Discurso e poder: O negro na história e memória da educação

Joelma dos Santos Rocha Trancoso

Antonio Henrique Pinto

Maria Dayana Santos Damaceno

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. Tradução Goretí Araújo. Oxford: TED Global, 2009. 1 vídeo (18min33s). Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt. Acesso em: 8 abr. 2022.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine; SANCHEZ, Livia Pizauro. Implementação da Lei 10.639/2003 – competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. **Proposições**. São Paulo, v. 28, n.1 (82) p. 55-80, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/VXKbQZhKZMwgvjnZDChYypd/?lang=pt>. Acesso em 25 out. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB n. 9.394/1996**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 5 ago. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 8, p. 1, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, DF, 2004.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) – USP, São Paulo, 2005.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História** (volumes I). Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

COUTINHO, José Maria. **Uma história da educação no Espírito Santo**. Vitória, ES: Departamento Estadual de Cultura. Secretaria de Produção e Divisão Cultural UFES, 1993.

FERREIRA, Higor Figueira. Em tintas negras: educação, ensino e a trajetória de Pretextato dos Passos e Silva na corte imperial – novas evidências. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 10, n. 25, p. 26-42, jun. 2018. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/605>. Acesso em: 01 Ago. 2022.

Discurso e poder: O negro na história e memória da educação

Joelma dos Santos Rocha Trancoso

Antonio Henrique Pinto

Maria Dayana Santos Damaceno

FORDE, Gustavo Henrique Araújo; VENERANO, Izaura Márcia; NEVES, Yasmim Poltronieri. **A educação anti-racista**. Núcleo de currículo – CEAFFRO SEME/PMV, 2004.

Disponível em:

https://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20100218_ens_fund_dir_antirracista.pdf. Acesso em: 26 set 2020.

FORDE, Gustavo Henrique Araújo. **“Vozes negras” na história da educação** : racismo, educação e movimento negro no Espírito Santo (1978 - 2002). 2016. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: 3ª edição, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação**. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2001

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade**: o direito como instrumento de transformação social. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. p. 167-182. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, jan./jun. 2003. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 ago. 2022.

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. p. 435-454. **Revista Filos**, Aurora, Curitiba, v. 33, n. 59, maio/ago. 2021. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/354351435>. Acesso em 27 ago. 2022.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão ET al. 6 ed. Campinas, SP:Unicamp, 2012.

PETIT, Sandra Haydee. **Práticas Pedagógicas para a Lei Nº 10.639/ 2003**: A criação de nova abordagem de formação na perspectiva das africanidades. Educação em Foco, Juiz de

Discurso e poder: O negro na história e memória da educação

Joelma dos Santos Rocha Trancoso

Antonio Henrique Pinto

Maria Dayana Santos Damaceno

Fora, v.21, n.3, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/19874>. Acesso em: 07 Out 2020.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SANTOS, Anderson Oramisio; OLIVEIRA, Camila Rezende; Oliveira, Guilherme Santiago de; GIMENES, Olíria Mendes. **A História da Educação de Negros no Brasil e o Pensamento Educacional de Professores Negros no Século XIX**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba: 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul. p. 24-56. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n. 43, set./dez. 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/soc/a/MhJDgxRHrxRwPJb3MLGgdqd/abstract/?lang=pt>. Acesso em 30 ago. 2022.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. **Revista brasileira de história da educação** nº 4 jul./dez. 2002. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38726/20255>. Acesso em: 14 nov. 22.